

## PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 1399/XIV/2.<sup>a</sup>

Recomenda ao Governo que submeta a discussão e votação no Parlamento qualquer acordo de livre circulação ou mobilidade com a CPLP

### EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Angola, que iniciou este mês a presidência rotativa da CPLP, agendou oficialmente a cimeira da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa para 16 e 17 de julho, em Luanda, data simbólica visto que precisamente a 17 de julho se comemoram os 25 anos da CPLP.

Em final do ano passado, na XXV Reunião do Conselho de Ministros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa foi prevista a finalização da discussão do projeto de Acordo sobre a Mobilidade na CPLP no primeiro trimestre de 2021, com o intuito de poder vir a ser aprovado em Luanda, este mês de julho.

Aparentemente o Projeto de Acordo sobre a Mobilidade na CPLP está concluído e permitiu uma grande convergência de posições e de avanços na formulação de medidas que pretendem agilizar a circulação entre os países membros desta organização.

Independentemente das boas relações e benefícios de acordos externos sobre várias matérias, parece-nos de bom senso que os portugueses, ou os seus representantes eleitos para este Parlamento, sejam consultados sobre tais matérias de tão grande relevância para a sociedade portuguesa e até europeia.

Segundo dados do Eurostat, referentes a 2020, Portugal tem 2.5 milhões de pobres, que é uma das mais baixas taxas de produtividade da OCDE, no entanto aceita mais refugiados em percentagem que os países ricos da Europa. Somos efectivamente o 4º, imediatamente a seguir à Alemanha, França e Finlândia. Não será pertinente que os portugueses sejam consultados antes da assinatura destes acordos, sobretudo já que não o foram aquando da assinatura do Pacto Global para a Migração? É importante lembrar que na Bélgica, o primeiro-ministro Charles Michel viu-se obrigado a apresentar a sua demissão na sequência de ter apoiado este Tratado sem o levar a discussão interna.

Não deveriam também as autoridades europeias ser informadas e consultadas sobre este tipo de acordos? Portugal é membro da CPLP, mas também o é da União Europeia e dado que este é um tema com implicações não só no nosso país, acreditamos que tem que haver debate sobre este acordo em Portugal.

Assim, ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, a Assembleia da República, reunida em sessão plenária, recomenda ao Governo que:

- submeta a votação e discussão em plenário quaisquer acordos que pretenda assinar, que impliquem a entrada de imigrantes no país e consequentemente na Europa, nomeadamente o referido “Acordo sobre a Mobilidade” na CPLP.

Lisboa, 05 de julho de 2021

O deputado

André Ventura